

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

-----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----
 -----**REUNIÃO DE DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E DOIS**-----
 -----**ACTA NÚMERO TRÊS / DOIS MIL E DOIS**-----
 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – José Júlio Martins Barreiras; **Segundo Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Lúcia Maria Silva Poseiro (PSD); Abel José Marques Bruno Henriques (BP); Jorge Gabriel Duarte C. Monteiro Martins (PS); José Júlio Martins Barreiras (PSD); José Alexandre Fonseca (BP); Luis Fernando Godinho Montêz (CDS/PP); Maria Teresa Rodrigues Faustino (CDU); Armando Salvador Maia Fonseca (PS); Adélia Maria Sobreiro Abreu Silva (PSD); José António Oliveira Gordinho Leonardo (BP); Carlos João F. Pereira Fonseca (PSD); Vítor Manuel Ferreira Fonseca (PS); João António Ricardo Mateus (BP); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); António Maria Costa Timóteo (CDU); Vítor Fernando Soares Garcia (CDS/PP); Susana Paula Geraldês Manco (PS); Nuno Manuel Mota Silva (PSD); Marlene Sofia Fortunato Veloso (BP); João Paulo Hermenegildo (PSD); Aires Daniel Faria Silva (BP); José Manuel Vieira (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (BP); Joaquim Marcos Henriques (BP).-----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor presidente da Câmara Municipal António Carlos Albuquerque Álvaro, os senhores vereadores Luis Alberto Camilo Duarte, João Carlos Barreiras Duarte, António José Silva Faustino, Jorge Manuel Costa Pereira, Rui Fernando Figueiredo Viola e Manuel Quintino Filipe Silva, a Técnica Superior Cidália Maria Pancrácio Santos, o Chefe da Divisão Técnica eng. Luis Fernando Pereira Mil-Homens e o assistente administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. --

-----**EXPEDIENTE:** O senhor presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido e que se encontra na secretaria da Assembleia Municipal, onde pode ser consultado pelos membros da Assembleia que o desejem fazer. -----

-----**APROVAÇÃO DE ACTAS:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria com duas abstenções aprovar a acta n.º 02/2002 da sessão ordinária de 22.02.2002. --

-----Pelas 21.30 horas o senhor presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Usou da palavra o senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal dando conhecimento das diversas realizações onde esteve presente em representação deste órgão. Informou que em conversa tida com o senhor presidente da Câmara foi por este informado que em data próxima a Assembleia Municipal irá ser dotada de um gabinete naquilo que são actualmente as instalações do cartório notarial, aguardando-se apenas que o espaço seja disponibilizado. Congratulou-se com a nomeação do anterior presidente desta Assembleia Municipal Feliciano Barreiras Duarte para Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro. É sempre um motivo de orgulho para todos os bombarralenses e para os membros desta Assembleia Municipal . Na qualidade de presidente da Assembleia Municipal aproveita para desejar os melhores sucessos, fazendo votos para que lhe possa dar os parabéns pelo trabalho desenvolvido. -----

-----A D. Lúcia Poseiro (P.S.D.) informou que os trabalhos da comissão de elaboração do regimento se encontram quase concluídos faltando apenas ver um artigo.-----

-----Pelo senhor António Timóteo (C.D.U.) foram colocadas questões relativamente a viaturas abandonadas na vila e ao funcionamento da comissão municipal de toponímia.-----

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

-----O senhor Luis Montês (C.D.S./P.P.) questionou o senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal sobre se teve conhecimento de algum andamento relativamente á recomendação aprovada na última sessão desta Assembleia Municipal sobre o pólo II da zona de comércio e serviços.-----

-----A D. Teresa Faustino (C.D.U.) lamentou a ausência de qualquer membro do executivo na maratona das bibliotecas levada a efeito na passada semana e questionou o senhor presidente da Câmara sobre se já existe alguma data prevista para inauguração do museu regional do Oeste.-----

-----O senhor presidente da Câmara, relativamente à questão das viaturas abandonadas informou da existência de contactos com uma empresa para recolha das mesmas. Sobre a comissão de toponímia informou que irá convocar a mesma. No tocante ao pólo II da zona de comércio e serviços referiu que não estando aferido o impacto da instalação do mesmo, está a procurar obter um parecer sobre esse impacto e logo que o tiver fará os eu envio á Assembleia Municipal. Quanto ao Museu Regional do Oeste, ainda não existe data para a sua inauguração.

-----O senhor Nuno Mota (P.S.D.) leu o seguinte texto: “A Assembleia Municipal e o P.S.D. congratulam-se com a nomeação para o governo do Dr. Feliciano Barreiras Duarte para o cargo de Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Presidência. É um motivo de orgulho e satisfação para todos nós esta nomeação, por ser uma pessoa do concelho e da região que demonstrou as suas amplas qualidades pessoais e capacidade política, a vários níveis. Ao assumir estas novas funções públicas estamos certos que continuará a ter uma especial atenção para com a região e o concelho, à semelhança do empenho e dedicação com que exerceu as funções públicas no Governo Civil de Leiria, na Assembleia da República, de autarca e mesmo como cidadão ligado á sociedade civil, na qual teve sempre uma especial atenção para o concelho de Bombarral, a região e as suas populações. Sempre defendeu os interesses das populações de uma forma viva, empenhada e responsável, quer na oposição quer nos tempos do governo do P.S.D., porque para ele a causa pública está acima de tudo. Com as suas novas funções de Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Presidência, irá por certo ter a mesma postura perante o concelho, a região e o país, dentro das suas competências e da lei e de um realismo sério. Por esta razão todos os bombarralenses devem se sentir orgulhosos.”-----

-----O senhor Nuno Mota (P.S.D.) leu o seguinte texto: “O P.S.D. congratula-se com a nomeação do senhor José António Leitão Silva para o cargo de Governador Civil do Distrito de Leiria. Esperamos que desempenhe o seu cargo com sentido de equilíbrio, empenho e dedicação, para bem do nosso Distrito, da nossa região e do Bombarral. Sendo uma pessoa com bons conhecimentos das autarquias, tendo sido vice-presidente da Câmara Municipal de Peniche durante 8 anos e ao longo da sua vida tendo desempenhado vários cargos políticos.” -

-----O senhor Armando Salvador (P.S.) subscreveu as palavras da D. Teresa Faustino (C.D.U.) sobre a maratona das bibliotecas porque nunca lá viu ninguém do poder político. Chamou a atenção para um palco coberto por um plástico no relvado do palácio Gorjão que é inestético pelo que recomendou a retirada do mesmo.-----

-----O senhor Vítor Garcia (C.D.S./P.P.) chamou a atenção para um buraco existente na estrada dos Loridos.-----

-----O senhor António Timóteo (C.D.U.) leu o seguinte texto: “Contrariamente ao anunciado no seu programa eleitoral, este governo traça o caminho de uma política anti-social, contra os direitos e interesses da generalidade da população, cedendo às pressões dos grandes interesses económicos e financeiros. Esta política, saliente-se, ocorre num país com profundos desequilíbrios entre ricos e pobres, e onde coexiste o mais baixo salário mínimo, o

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

mais baixo salário médio, as mais baixas pensões de reforma, com grandes concentrações de riqueza. Quando se perspectiva uma ofensiva contra os trabalhadores através da liberalização dos despedimentos e quando as leis laborais deixam de cumprir o objectivo de assegurar o pelo emprego, é bom fazer um pouco de história da luta dos trabalhadores que se reflecte na data histórica do 1.º de Maio. Já lá vai uma centena de anos, mais precisamente 116 anos, desde o acontecimento que marcou para sempre esta data, quando a A.I.T. (Associação Internacional dos Trabalhadores), no seu primeiro congresso, em Genebra, fixou as 8 horas como limite ao dia de trabalho. Mas muitas foram as dificuldades para o pôr em prática, muito sangue, suor e lágrimas foram vertidos. Depois do esmagamento sangrento da comuna de Paris em 1871, o movimento internacional encabeçado pelos trabalhadores dos Estados Unidos e dirigido pela Federação dos Estados Unidos e Canadá, na sua 4.ª conferência anual, realizada em Chicago, em 1885, aprovou uma greve geral pelas 8 horas no dia 1.º de Maio de 1886. A violenta repressão não se fez esperar provocando inúmeros mortos, feridos e prisões. Desta acção a história destaca os oito mártires de Chicago, quatro dos quais foram enforcados a 11 de Novembro de 1887. Em 1889, os congressos operários de Paris deliberaram internacionalizar o 1.º de Maio. Nestes congressos estiveram presentes dois delegados dos trabalhadores portugueses tendo-se comemorado a data pela primeira vez em Portugal em 1890. Mas a repressão sobre os trabalhadores continuou feroz com a carnificina de Fourmies, em 1891, quando o governo francês ocupou com forças militares a Bolsa de Trabalho em Paris e atacou a tiro os trabalhadores matando 10 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, e provocando dezenas de feridos. Em Portugal, os trabalhadores continuaram a fazer do 1.º de Maio um dia de luta. Mas só em 1918, durante a Primeira República, conquistaram a jornada das 8 horas para os trabalhadores da indústria e do comércio. Depois de 1926, a ditadura fascista procurou impedir de todas as formas esta comemoração, mas ficou na história o 1.º de Maio de 1962, no qual os trabalhadores rurais conseguiram pôr fim à jornada feudal de sol a sol, conquistando o direito às 8 horas de trabalho. Esta conquista custou, no entanto, mais mortes e inúmeras prisões. No 1.º de Maio de 2002, data em que os trabalhadores deverão repensar o passado para fazerem o futuro, sentimo-nos no dever de: prestar homenagem aos trabalhadores caídos na luta contra as desigualdades e injustiças sociais, honrando assim a memória dos mártires de Chicago. Saudar todos os trabalhadores portugueses e, através deles, os trabalhadores de todo o Mundo que, no seu dia-a-dia, vão criando um Mundo melhor, mais justo e mais fraterno.” -----

-----O senhor Luis Montês (C.D.S./P.P.) disse ter verificado que o assunto pólo II da zona de comércio e serviços não foi agendado e não irá ser porque no orçamento consta já como receita a venda dos respectivos lotes. Se o assunto vier a ser agendado e os vereadores revogarem a decisão pergunta como é que a situação fica. Questionou o porquê do não agendamento desta questão. -----

-----O senhor presidente da Câmara disse nada ter a acrescentar em relação à sua primeira intervenção sobre o pólo II da zona de comércio e serviços. Mais disse estar prevista a reparação das irregularidades existentes no piso da estrada dos Loridos. -----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) disse ter percebido que o estudo pedido é ao nível do impacto económico e de criação de emprego. Tendo em conta que a moção aprovada tinha como preocupação o impacto ambiental e paisagístico, perguntou se a autarquia vai pedir algum estudo nestas áreas. -----

-----A senhora presidente da Junta de Freguesia de Roliça alertou para a necessidade de colocação de tout-venant na Delgada – Pontinha, porque o piso está impróprio para circular.

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

-----O senhor presidente da Câmara disse ter tomado em boa nota a recomendação do senhor Abel Henriques e vai colocar estes pedidos como adicional. Julga que sexta-feira será feita a intervenção solicitada na Delgada. -----

-----**INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA:** O senhor Luis Montês (C.D.S./P.P.) solicitou esclarecimentos sobre os montantes constantes da informação n.º 12/2002 da Divisão Financeira da autarquia. -----

-----A D. Teresa Faustino (C.D.U.) solicitou esclarecimentos sobre a vedação de um campo de jogos e considerou que este tipo de informação informa muito pouco. Aquilo que pretendem é uma informação sobre a actividade da Câmara Municipal. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça questionou se o muro na Quinta da Carvalha se refere a um muro na habitação de um particular. -----

-----O senhor presidente da Câmara esclareceu que a vedação referida pela D. Teresa Faustino é a do campo de ragbê que vai ser utilizado pelas camadas jovens do Sport Clube Escolar Bombarralense. O muro na Quinta da Carvalha faz parte de um conjunto de situações relacionadas com a supressão da respectiva passagem de nível. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) salientou a boa apresentação da informação prestada pelo senhor presidente da Câmara Municipal. Quanto á dívida da autarquia considerou que a sua real dimensão tem de ser vista em termos de obra feita. Questionou o senhor presidente da Câmara sobre quais as principais obras que levaram ao endividamento e se a capacidade de endividamento da autarquia se mantém para fazer face aos compromissos. -----

-----O senhor presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo questionou o andamento das obras do saneamento básico das Gamelas, porque desde que tomou posse nunca lá viu ninguém a trabalhar. -----

-----O senhor Luis Montês (C:D.S./P.P.) voltou novamente a questionar a informação n.º 12/2002, nomeadamente quanto ao montante do aumento da dívida em mês e meio. -----

-----O senhor presidente da Câmara disse que a dívida se ficou a dever a habitação social, saneamento, vias de comunicação, água, escolas empreitadas e fornecimentos diversos. Para uma Câmara Municipal da dimensão do Bombarral a dívida é normal existindo apenas um pequeno diferencial de talvez cem mil contos. Os fornecedores têm sido um pouco sacrificados, reconhecendo que senão tivéssemos a capacidade de ir executar as obras necessárias para o desenvolvimento do concelho tendo em conta os instrumentos estratégicos que estão a desenvolver, vão ter por certo a capacidade de continuar após o fim dos fundos comunitários. A capacidade de endividamento da Câmara anda perto do meio milhão de contos. Em relação ao saneamento das Gamelas disse que o falta fazer é o sector descendente. A obra está parada devido a uma proposta de trabalhos a mais. Quanto ao aumento do endividamento esclareceu que a Câmara esteve temporariamente impedida de fazer pagamentos para apuramento da dívida, situação que só ficou desbloqueada em Março. -----

-----**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOMBARRAL RESPEITANTES AO ANO 2001:** Usou da palavra o senhor presidente da Câmara chamando a atenção de que a diferença entre a receita orçada e a realizada é de 8% o que traz à tona algum rigor no orçamento. O valor dos investimentos em 2001 foi de 400 mil contos o que dá um montante acumulado no mandato de 1,6 milhões de contos. Assumiu como aspecto relevante as actividades de divulgação e promoção do concelho como o Festival do Vinho, Festival da Música, Feira Nacional da Pêra Rocha, Feira Infantil e as diversas actividades desenvolvidas pelo Museu Municipal ao longo dos 12 meses do ano. Lembrou que o III Quadro Comunitário de Apoio termina em 2006 pelo que têm um grande esforço pela

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

frente. Em 2002 o concelho estará coberto a 100% em saneamento, 97% em água e 95% na recolha de resíduos sólidos. -----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) disse que não vão perder muito tempo com a apreciação das contas. São documentos que reportam ao mandato anterior e a actuação boa ou má já foi sublinhada no acto eleitoral. Chamou a atenção para uma questão de pormenor e de rigor – na antepenúltima página existe um mapa com indicadores per capita mas que partem de uma base errada. A população residente é de 12923 pessoas quando nos censos 2001 esse número é de 13325. -----

-----A D. Teresa Faustino (C.D.U.) declarou que “este relatório de actividades não relata quaisquer actividades. Poderíamos dizer que temos para análise e discussão não dois documentos – o relatório de actividades e a conta de gerência, mas apenas um documento – o relatório da conta de gerência. Logo no seu ponto 2 contradiz o que afirma no ponto 1, isto é, anuncia no 1.º a abordagem do 4.º ano de mandato e elenca no 2.º as realizações do mandato na sua generalidade. Destas, selecciona 6, certamente as que considerou mais significativas. Começa logo mal: destaca uma obra que não é da autarquia. Continua mal – destaca outra obra, a piscina, do mandato anterior pela qual recolheu oportunamente os louros. Mas nós vivemos cá e estamos atentos. Sabemos que outras obras e outras actividades foram feitas e que não são referidas no relatório. Mas não nos cabe a nós lembrá-las aqui. Cabe-nos sim constatar que este relatório foi elaborado de forma displicente sem preocupações de verdadeira informação. Um relatório normal remete-nos para o passado. Este tem uma característica especial: remete-nos para o futuro: Lembra-nos o processo de mudança e modernização em curso através de uma obra que ainda não começou – a recuperação do Teatro Eduardo Brazão. Justifica-nos a subida do endividamento com questões conjunturais que se prenderam com o encerramento económico do ano de 2001, verificado naturalmente já em 2002. Que clareza de informação! Impressionante! Senhor presidente da Câmara isto pode ter a forma de um relatório de actividades mas o seu conteúdo não cumpre de perto nem de longe o seu dever de informar nem satisfaz o nosso direito de fiscalizar. Só para terminar não resistimos a destacar aquela frase profunda logo no ponto 2 em que o senhor presidente diz que – “este mandato ficou, pois, marcado coma realização de investimentos de que o concelho carecia para se desenvolver e afirmar”. Anekdota da mãe que se pinta. Se “o mandato ficou marcado coma realização de investimentos de que o concelho carecia para se desenvolver e afirmar”, então porque é que não se desenvolveu e não se afirmou? Sobre a conta de gerência não nos vamos deter muito. Entristece-nos demais, envergonha-nos! É o arrastar das dívidas: é A ADSE; são os subsídios às inúmeras associações e clubes; são as contas dos restaurantes; são as escolas; são as instituições; são os jornais onde se publicam anúncios; são as empresas de construção e obras públicas; são os fornecedores de estudos e os projectos; são os fornecedores de materiais. É a política do “pagar e morrer quanto mais tarde melhor”. Há casos de clara falta de decoro. Dou-vos só 2 ou 3 exemplos: Bombeiros Voluntários de Peniche (30 contos desde 05.09.1995); Associação Luz da Vida (30 contos desde 27.02.1996); Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor (4.900 contos desde 06.04.1998); Escola Preparatória do Bombarral (60 contos desde 02.06.1997); Escola Secundária de Bombarral (150 contos desde 08.04.1997); Escola Secundária de Bombarral (30,5 contos desde 08.04.1997); Escola Secundária de Bombarral (60 contos desde 18.05.1998); Federação das Associações Juvenis do Distrito de Leiria (20 contos desde 16.06.1997); Município de Loures (dívidas desde 1988); Quercus (27 contos desde 1997); Sociedade Recreativa Sobralense (50 contos desde 29.04.1996). Basta! Votamos contra!” -----

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) solicitou esclarecimentos sobre o montante de património alienado e adquirido no ano passado. -----

-----O senhor presidente da Câmara disse achar notório e chegar a pensar que alguns concidadãos vivem fora do concelho. Referiu várias vezes que a obra do centro de saúde está concluída faltando apenas o equipamento. Não é de mais referir que a autarquia teve um grande esforço económico nesta infra-estrutura com a aquisição do terreno, projecto e infra-estruturas. Considerou já estar habituado á forma de intervir da D. Teresa Faustino, que aceita. Reconheceu que de facto as pequenas importâncias referidas já deveriam ter sido pagas. Quanto ao património referiu que em 2001 não foi alienada qualquer parcela de terreno, tendo sido adquiridas, com esforço, algumas parcelas de terreno. -----

-----Usou seguidamente da palavra o senhor Armando Salvador (P.S.) dizendo que “este documento revela não ter havido uma gestão criteriosa dos dinheiros públicos, logo não houve uma gestão benéfica para o concelho. Verificamos ter havido aumento da receita em 23% relativo ao ano de 2000 e um aumento de 2% de transferências de capital quer se vem a traduzir num decréscimo de investimento realizado no concelho. Verifica-se a desorganização da gestão camarária nos aumentos até agora injustificados com a despesa com pessoal e na aquisição de bens e serviços. Se tal aumento tivesse sido benéfico teríamos assistido a um maior grau de concretização de obras e investimento e não assistirmos a um aumento da dívida injustificado quando o crescimento de investimento não acontece. Ao longo do anterior ano de 2001, os vereadores do PS alertaram para este endividamento contínuo sem ver obra executada. No entanto o executivo nunca entendeu esses alertas que se traduzem numa execução de investimento de apenas 37%. Consideramos injustificável terem ocorrido rubricas previstas no orçamento de 2001 que não foram concretizadas por não ter havido verbas da administração central, quando é o próprio executivo que confirma ter tido essa culpa ao não lançar e executar obras financiadas a devido tempo. -----

-----O senhor Vítor Garcia (C.D.S./P.P.) considerou que estes documentos quase não têm ponta por onde se pegue. Aquando da aprovação do orçamento alertaram que o mesmo era demasiado ambicioso e não tinha ponta de realidade. No que respeita às dívidas é com tristeza que se vê que pequenos valores se arrastam anos e anos. Espera que o próximo orçamento não venha a cair nos mesmos erros. -----

-----VOTAÇÃO: Foi deliberado por maioria com 9 votos a favor (9 do P.S.D.), 9 abstenções (8 do B.P. e a senhora presidente da Junta de Freguesia do Pó) e 8 votos contra (4 do P.S., 2 do C.D.S./P.P. e 2 da C.D.U.), aprovar os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Bombarral respeitantes ao ano de 2001. -----

-----Pelas 23.10 horas foi a sessão interrompida por 5 minutos. -----

-----Pelas 23.20 horas foi a sessão reatada. -----

-----**OPÇÕES DO PLANO E PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOMBARRAL PARA 2002:** Usou da palavra o senhor presidente da Câmara colocando em evidência uma série de obras e projectos, considerando que este plano plurianual de investimentos é ambicioso. Pelo facto de em 2001 não se ter concretizado o expoente máximo em termos de obras ficaram com responsabilidades acrescidas para este ano. Espera que os senhores presidentes de Junta de Freguesia verifiquem que sendo diverso o número de investimentos tem apenas a sua abertura para procurar não perder os investimentos. Está certo que haverá o sentido de responsabilidade para não se perderem os investimentos, mas pensa que a Assembleia Municipal irá tomar a melhor decisão. -----

-----O senhor António Timóteo (C.D.U.) solicitou informação sobre a existência de um protocolo com a DREL sobre obras em infra-estruturas de educação; sobre a escola

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

tecnológica; sobre arranjos na rede viária em A-dos-Ruivos e Cintrão; Sobre as verbas previstas para Feira Nacional da Pêra Rocha (10.000 €), Festival do Vinho (75.000 €) e Festival de Música (50.000 €). Bem como para quando a realização da semana da gastronomia. -----

----- Usou da palavra o senhor Abel Henriques (B.P.) efectou a seguinte intervenção: ----

1. Nas últimas eleições autárquicas, o eleitorado do Concelho do Bombarral retirou a maioria absoluta ao PSD, transmitindo inequivocamente uma vontade que o Governo da autarquia viesse a ser dirigido pelo PSD num ambiente do mais amplo consenso possível com as restantes forças políticas. -----

2. Esta interpretação dos resultados eleitorais (no nosso entender, a única possível) fazia prever que a elaboração de tão importantes instrumentos para o desenvolvimento do nosso Concelho, como o são as opções do plano e o orçamento se revestisse de um grau de eficácia, de rigor e de participação efectiva das forças políticas representadas no executivo, de forma a reflectir uma política de mudança, no sentido de conciliar o saneamento financeiro do município com o desenvolvimento sustentável da nossa terra, num ambiente político de compromisso que possibilitasse a sua execução. -----

3. Os documentos que nos foram presentes são marcados, desde logo e do ponto de vista político, por um pecado original que os inquina e condiciona irremediavelmente. -----

4. A sua elaboração resultou de um processo fechado que, desde o seu início se mostrou totalmente blindado a contributos das diferentes forças políticas representadas no executivo. ---

5. Para passar como proposta da Câmara contou com uma conveniente abstenção, a fazer lembrar os últimos Orçamentos de Estado, de má memória. -----

6. Passando à análise propriamente dita das propostas apresentadas à Assembleia Municipal, classificamos estes documentos como o "Orçamento e Plano das oportunidades perdidas". ----

7. Os documentos revelam uma gritante falta de visão estratégica; pouco mais são que um somatório de verbas de despesa. -----

8. Desbarata-se a derradeira oportunidade, face ao *phasing out* que representa o III QCA para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, na qual estamos inseridos. Vamos, com muita probabilidade, perder o "comboio" do desenvolvimento que por aqui está a passar, conduzido pelas novas acessibilidades. Estamos no centro geográfico do Oeste, equidistantes dos dois maiores pólos de desenvolvimento da Região - Torres Vedras e Caldas da Rainha e a meio caminho entre o Litoral e o Interior. Temos condições objectivas para ser um interface regional, entre a Região de Lisboa e Vale do Tejo e a zona Centro. Estamos exactamente a meio de dois corredores estruturais do território nacional com funções na internacionalização da economia, com ligação ao Ramal de Cáceres pela IP 6 e ao corredor de Badajoz, pela A8. Temos uma capacidade de atracção de mercado de 105.000 pessoas residentes a uma distância horária de 15 minutos e 400.000 a 30 minutos. -----

9. O Concelho do Bombarral dispõe de uma situação geográfica que não pode ser desperdiçada. Precisa urgentemente de um projecto de desenvolvimento integrado que potencie essa grande vantagem competitiva. -----

10. O Plano Plurianual de Investimentos, no subtítulo "Desenvolvimento Económico" contém apenas dois itens "Área de Actividades Económicas – Pólo II" e "Centro Tecnológico e Científico". -----

11. Quanto ao primeiro, nada se diz sobre a utilização prevista - quais os sectores alvo -, promoção e captação do investimento, impacto na economia local e no mercado de emprego. Em suma, prima-se por uma confrangedora falta de estudo, ponderação e planeamento, condições mínimas para que este órgão deliberativo, a Assembleia Municipal, pudesse deliberar em consciência e de forma criteriosa, ponderando a relação custo/benefício, nomeadamente

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

face ao impacto ambiental, atentas as especiais características do local de implantação desta projectada área de actividades económicas.-----

12. Acresce que esta assembleia, se votasse favoravelmente este Orçamento e Plano, com esta rubrica, desrespeitar-se-ia a si própria, perderia toda a credibilidade como órgão representativo do povo do Concelho, quando na última sessão aprovou, por larga maioria, uma recomendação dirigida à Câmara Municipal, no sentido de que promovesse a discussão pública sobre qual a utilização a afectar a esses terrenos. -----

13. Paradoxalmente, a autarquia possui terrenos próprios, numa área única, cerca de dez vezes maior, que totaliza aproximadamente 60 hectares, a cerca de 500 metros do nó de ligação à A8, com afectação prevista no PDM a zona de actividades económicas que aparece no Plano Plurianual de Investimos, de uma forma tímida, quase *envergonhada*, sem qualquer comentário que destape uma ponta de véu sobre a visão estratégica subjacente ao investimento e ainda por cima, com um cronograma de execução irrealista. -----

14. Na verdade, pretendendo o Presidente da Câmara aí implantar um Estádio Municipal, afectação não prevista no PDM, esta alteração terá que ser objecto de diversos pareceres técnicos a emitir por diferentes institutos públicos e órgãos descentralizados com competências na área do ordenamento do território. A Câmara Municipal do Bombarral tem obrigação de saber que o tempo que demora a percorrer esta autêntica *via sacra* é totalmente incompatível com o cronograma que apresentou e, o que é mais dramático, provavelmente inconciliável com a disponibilidade dos fundos comunitários que, como é sabido, só são transferidos à medida em que se faz prova da execução da obra. -----

15. Se dúvidas restassem, para as dissipar lembre-se, a este propósito, o que aconteceu com as alterações de pormenor ao PDM do Bombarral, no âmbito do regime simplificado, feitas há mais de dois anos e que há cerca de um mês vieram reprovadas. -----

16. Relativamente ao "Centro Tecnológico e Científico", não sabemos o que é. Nos documentos analisados, não é gasta uma linha que seja para explicar este projecto. Será uma escola profissional? Será um polo universitário? Será um centro de investigação ao serviço da comunidade empresarial ? Para que sector de actividade? Que apoios estão pensados ? Que parcerias se desenharam ? Onde é que vai ser construído ? Assim ali colocado, *tout court* mais parece que a sua função é de enfeite à proposta de Plano. -----

17. No que respeita ao rigor do Orçamento apresentado, ou, neste caso, à sua falta, importa dizer que o País começa a pagar e não sabemos por quantos anos a falta de rigor das contas públicas que assombrou os últimos anos de governação. O rigor e contenção nas contas públicas é um desígnio cimeiro a que o actual Governo se propôs e o do qual o País está vitalmente necessitado. -----

18. O Concelho do Bombarral não pode alhear-se deste ambiente e desta prática, sob pena de comprometer irremediavelmente o futuro colectivo da sua população. -----

19. A situação financeira e económica da autarquia é preocupante. O endividamento passou de 500.000 contos em 1995 para 1.210.000 contos em 2001. Cresceu 142 %, enquanto no mesmo período, as receitas apenas subiram 58,8 %. Em 1995 o endividamento representava 59 % do total anual de receitas; em 2001 representa 90%!!!. -----

20. Estes números evidenciam que o endividamento foi utilizado, parte para cobrir despesas correntes e parte para realizar investimentos não produtivos. E é nesta senda e nesta trajectória que urge reflectir que chegamos ao orçamento para 2002 com as despesas correntes a subirem 36 % em relação a 2001, enquanto as receitas correntes apenas crescem 1,7 %. -----

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

21. Esta evolução resulta num desequilíbrio de cerca de 67.000 contos e tem como consequência um desvio do mesmo valor de receitas de capital para cobrir despesa corrente, em detrimento do investimento. -----
22. O orçamento, quando considerando a globalidade das receitas e a globalidade das despesas, aparece equilibrado. Mas para essa aparência de equilíbrio muito contribui a receita com a venda de bens de investimento - cerca de 223.000 contos. Esta assembleia não tem, desde logo, condições para avaliar, consciante e criteriosamente, a fiabilidade desta previsão. Na verdade, a Câmara Municipal não apresentou, contrariamente ao que era sua obrigação legal, o Inventário Patrimonial e respectiva avaliação. -----
23. Não obstante, desconfiamos e muito que essa receita possa ser atingida, temendo mesmo que se possa aproximar do resultado verificado no exercício de 2001, que foi zero. -----
24. Com efeito, o primeiro dos terrenos aí elencados (junto à Rotunda da Caniceira) foi a hasta pública pelo mesmo valor agora inscrito no orçamento, em 2001, hasta pública essa que ficou deserta por falta de interessados. -----
25. Ademais, o grosso desta rubrica (cerca de 125.000 contos) resulta da previsão de venda de lotes de terreno no Pólo II da Zona Industrial o que, por coerência com a posição que temos vindo a defender na assembleia municipal e que não é exclusiva do Bombarral Primeiro e que aliás, obteve vencimento, não podemos aprovar, sendo certo que ainda que o fizéssemos, com grande probabilidade nem um seria vendido no presente ano, face ao actual estágio do projecto. -----
26. A falta de rigor resulta ainda e muito do facto de este orçamento quase se poder chamar como o "Orçamento dos Outros". Com efeito as verbas inscritas em diferentes rubricas não especificadas, classificadas residualmente como "Outros" atingem do lado da receita o montante de cerca de 64.700 contos e do lado da despesa a impressionante soma de 338.000 contos. 15 % do total das despesas não estão especificadas. -----
27. E por falar em outros, salta-nos à vista a rubrica "Pessoal em qualquer outra situação" no Capítulo Económico 01, Divisão Orgânica 0103, na qual está inscrita a quantia de 66.060 €, aproximadamente 13.240 contos, que ao que tudo indica e segundo a melhor interpretação, se destina a remunerações com o Gabinete de Apoio ao Presidente. Considerando que duas das admissões anunciadas ainda não se concretizaram, estimamos, por extrapolação que tal verba venha a atingir o montante anual de, aproximadamente 17.000 contos, ou seja exactamente o mesmo valor da verba inscrita como a totalidade de transferências para as juntas de freguesia.
28. Esta situação conduz-nos necessariamente à seguinte análise: por um lado, o Orçamento, dada a escassez das verbas a transferir para administração directa das juntas de freguesia, revela uma política centralizadora, contrária ao que defendemos - uma progressiva e significativa autonomia financeira das freguesias, onde a proximidade dos problemas com a sua resolução potencia ganhos de eficácia na gestão dos dinheiros públicos. -----
29. Por outro, não pondo em causa que uma gestão autárquica moderna e eficaz pode e deve investir em recursos humanos, esse investimento deve ser criterioso e optimizado, para que a afectação de tais recursos constitua uma efectiva mais valia para a autarquia. Para se poder avaliar o mérito desta despesa, necessário se toma conhecer de uma forma muito clara, quais os perfis profissionais e competências funcionais e a sua adequação aos objectivos a atingir com o recrutamento. Porque, como todos também sabemos, os gabinetes dos titulares de órgãos políticos, quer na administração local, quer na administração central, são muitas das vezes, terreno onde lavram nomeações políticas, em satisfação de clientelas político - partidárias. -----
30. Ora, os documentos apresentados são completamente omissos quanto a esta matéria.-----

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

31. Não estão pois, por todas as razões supra aduzidas, em condições de serem aprovados, pelo que, merecem o *nosso* voto contra.-----

32. Não obstante, o Bombarral Primeiro, através dos seus eleitos, coloca-se ao inteiro dispor da Câmara Municipal do Bombarral para colaborar, com o seu contributo e num ambiente de consenso, para a elaboração de novos instrumentos, que consignem um plano de diminuição das despesas correntes que permita conciliar a contenção e o rigor com as necessidades de investimento do Concelho e que evidenciem uma estratégia de desenvolvimento sustentável. --

33. Só assim, com uma política de qualidade, de responsabilidade, de compromisso, com criatividade e, citando o Senhor Presidente da Câmara, com a colaboração de todos - Autarcas, Funcionários e Agentes Locais - poderemos construir um CONCELHO COM FUTURO.” -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) considerou que a coerência se podia traduzir no apoio à implementação do pólo II da zona de comércio e serviços. Lembrou que é competência do presidente da Câmara nomear quem bem entender para o assessorar, não estando na mente do presidente da Câmara atender a clientelas, havendo pessoas com competência e dinamismo dispostas a dar contributos para o desenvolvimento do concelho. A elaboração dos documentos teve a participação de vários vereadores e de outros intervenientes. Analisou com cuidado este documento e verificou que as pessoas que o fizeram têm conhecimentos. É um documento bastante pormenorizado o que é de salientar. Salientou o facto do nosso concelho estar numa localização geográfica privilegiada sobretudo a nível de vias de comunicação o que nos permite encarar com optimismo os anos que ai vêm importando maximizar o potencial que temos. Este documento parece ter condições para ser aprovado. - -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que o centro tecnológico é uma infraestrutura que há muito se vem pugnando que se instale no Oeste, não tendo a sua localização sido ainda definida mas todos os estudos apontam para que fique na confluência dos concelhos de Cadaval / Bombarral / Lourinhã. Referiu que na rubrica Festival de Música e outros cabem uma série de eventos não sendo a verba referida para apenas um evento. A elaboração do P.P.I. não foi tão fechada quanto isso sendo verdade que os documentos foram distribuídos há medida da possibilidade de obtenção. Aquando da discussão em reunião de Câmara declarou que era um documento aberto na medida em que pretendendo-se a inclusão de outros investimentos haveria que procurar as correspondentes receitas. A Câmara Municipal não só pela património que tem como pela forma como o valoriza tem uma situação de tranquilidade. A Assembleia Municipal tem ao seu dispor todos os elementos que podem levar ao aquilatar da legalidade e rigor do documento. A freguesia mais sacrificada em termos de investimentos tem sido o Carvalhal que é a mais extensa e com maior número de aglomerados. Quanto às despesas do gabinete da presidência, disse que a lei só permite haver um chefe de gabinete, um adjunto e um secretário. Por virtude da reestruturação alguns gabinetes estão na dependência do presidente da Câmara mas são funcionários que estão dependentes do presidente da Câmara e não membros do gabinete de apoio ao presidente da Câmara. -----

-----O senhor Luis Montês (C.D.S./P.P.) disse ter chegado à conclusão que as receitas estão empoladas e as despesas diminuídas. Perguntou quem avaliou os terrenos para atribuição dos valores. Solicitou esclarecimentos sobre a receita da Sisa uma vez que tem ouvido o Governo dizer que vai acabar com este imposto. Considerou demasiado exagerada a verba para o Festival do Vinho e para promoção do concelho. Lamentou que no G.E:D.C. não apareça uma verba para conservação de imóveis porque o pavilhão desportivo precisa de obras urgentes. Achou curiosa a previsão de uma verba de 18.000 € para aquisição de uma viatura de 14 lugares e outra de 30.000 € para uma viatura ligeira. Solicitou informações sobre o centro

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

biotecnológico e sobre as verbas para o Teatro Eduardo Brazão. Perguntou onde irá o executivo buscar a verba que o AGRIS não financia para o parque de campismo do Picoto. O C:D.S./P.P. perante o que entende ser um acumular de despesas vai votar contra. -----

-----A D. Susana Manco (P:S.) disse que o P.S. analisou os documentos referindo alguns pontos de maior importância: existe uma diminuição de despesas de capital em cerca de 200.000 contos relativamente a 2001, ou seja, menos verba para investimentos. Existe um aumento de despesas corrente, ou seja, não há perspectiva de contenção de despesas havendo antes corte no investimento. Também não parece cumprir o princípio do equilíbrio orçamental. Na conta 04 surgem vários outros consideráveis o que é muito subjectivo, pensa que se poderá encontrar uma forma de especificar os outros. Também gostaria de saber onde está contemplada a verba da dívida à A.D.S.E.. Também causa alguma surpresa que na rubrica 01.03 surjam 66.000 € para pessoal em qualquer outra situação e 33.000 € para o órgão executivo. O gabinete é do presidente e é legal que qualquer presidente tenha um gabinete com pessoas competentes e habilitadas. Perguntou o que significa a rubrica de estudos e consultorias. Parece-lhe um pouco exagerado o valor da rubrica Festival do Vinho embora não consigam saber se estes 75.000 € são de facto 75.000 € porque nunca aparece a receita do Festival do Vinho. Não podem avaliar este custo porque não sabem o montante total da despesa. Também parece estranho o valor de 625.000 € de receita dos lotes do pólo II, porque o presidente da Câmara disse que não existe nenhum contrato. Da leitura deste documento entendem que não há plano de contenção das despesas nem de recuperação económica. Considera que isto atendendo à economia nacional é importante e estão disponíveis para analisar todas as rubricas onde se pode cortar despesas. Entendem votar de consciência. -----

-----A D. Lúcia Poseiro (P.S.D.) solicitou informação sobre o faseamento da construção de novos jardins de infância e deixou o alerta sobre se os mesmos estão apetrechados para servir almoços.-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que a bancada do C.D.S./P.P. está ciente da nova estrutura da elaboração do plano e orçamento porque tendo referido que a despesa está empolada, com os novos métodos contabilísticos em que não há previsão de receitas com a média do último ano com um eventual aumento. Quanto ao Teatro Eduardo Brazão é verdade que vão procurar que 40% do investimento seja protocolado com o Ministério da Cultura porque o plano cobre apenas 50% sendo 40% suportados pelo Ministério da Cultura e 10% pela Câmara Municipal. Quanto ao pólo II julga ter sido exacto quando referiu que a obra está adjudicada. Quanto às pré-primárias estão priorizadas o Pó e o Bombarral, tendo já recebido o projecto que vai enviar à DREL.-----

-----A D. Teresa Faustino (C.D.U.) declarou que “Quando me foi anunciado que a minha camarada M.^a de Los Angeles não poderia vir a esta sessão da Assembleia Municipal e que deveria ser eu a substituí-la, fiquei feliz: uma ordem de trabalhos aliciante, um novo mandato, um executivo pouco renovado mas uma nova correlação de forças, seriam certamente ingredientes proporcionadores de novidades de um novo impulso. “Vou estar como se fosse a 1.^a vez” – pensei – sem ressentimentos, sem desgaste. Chegados os documentos às mãos vai de analisá-los. Primeiro, a surpresa pela falta de novidade. Depois a frustração pela habitual ausência de definição de objectivos, definição reflectida, séria, clara. Depois ainda o cansaço pelo esforço de perceber como se ajusta o plano ao orçamento. Finalmente, o desgosto por constatar que com este plano adiamos mais uma vez o nosso futuro de bombarralenses e quando adiamos, adiamos irremediavelmente. Não, não posso fingir que é a primeira vez! Conheço demasiado bem o estilo destes documentos para os avaliar como se fossem novidade. A falta de novidade demonstra, senhor presidente da Câmara, que o senhor está

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

cansado. Está enredado num novelo de burocracias, de interesses e desinteresses, de lobbies e outras influências de promessas e compromissos que já não encontra a ponta do fio. O senhor está a arrastar-se no exercício do poder. Tenho consciência que estou a ser dura e desagradável. Acredite que não sinto qualquer prazer nisso. Mas sinto que é meu dever tentar despertá-lo dessa inércia e desse comodismo, da gestão irracional da crise. Isto já é autismo político, senhor presidente. Mas vamos aos factos, isto é, aos documentos. O plano de actividades anuncia como grandes objectivos a concretizar em 2002, o seguinte: abertura de concurso para revisão do P:D.:M. – 30% cabimentado; adjudicação do plano de urbanização da vila – 50% cabimentado; elaboração do plano de valorização e qualificação da vila – 5,5 % cabimentada; infra-estruturas da área de actividades económicas, etc, etc. Mas estes grandes objectivos estão cabimentados em 2002 com verbas que só num caso chegam aos 50% e na maior parte dos outros não chegam sequer aos 10%. Senhor presidente todos estes objectivos serão “instrumentos determinantes no desenvolvimento do nosso concelho” usando as suas palavras. Mas, senhor presidente, estes instrumentos arrastam-se sucessivamente nos seus planos de actividades, estes instrumentos não serão exequíveis em 2002. No plano para 2001, o mesmo presidente da Câmara definia preto no branco a filosofia que devia presidir à elaboração do plano de actividades. Dizia então que neste documento (plano de actividades) “deverão ser descritos com detalhe “os projectos”... Considerámos então que o detalhe apresentado não era suficientemente esclarecedor dos projectos. Enchia 5 páginas. Neste plano para 2002, limita-se a 2 páginas. Está ou não cansado, senhor presidente? Em 2001 não conseguimos acreditar no seu plano, não o considerámos exequível nos moldes em que nos foi apresentado. Como podemos acreditar em 2002 se não o concretizou e lhe retira justificação e cabimentação. Tenho estado a dirigir-me ao presidente da Câmara porque é ele o responsável pelos documentos em análise e gosto de discutir assim, cara a cara, olhos nos olhos. Permita-me senhor presidente da Mesa que me dirija agora aos membros da Assembleia que estão no seu primeiro mandato para que possam entender melhor um discurso que corre o risco de não ser suficientemente claro para eles, desgastado como está pela rotina do debate estéril que tem marcado esta Assembleia Municipal nos últimos anos. Quero dar-lhes apenas um exemplo concreto da irracionalidade (ou falsidade?) destes documentos. Deixo-vos assim matéria para avaliação da justeza das nossas críticas. Caros colegas, eleitos pela primeira vez, de todas as forças políticas. A 07.12.2000 no plano de actividades para 2001, no meio da 3.ª página, dizia o senhor presidente da Câmara: “no decurso do próximo mês de Janeiro será constituído o gabinete técnico local do concelho, aprovado na sequência da candidatura apresentada pela Câmara Municipal. Este gabinete funcionará pelo período de um ano, eventualmente prorrogado por mais um, e é financiado a 75%. O trabalho que o GTL desenvolverá será exclusivamente na área do planeamento urbanístico, nomeadamente na elaboração dos planos de salvaguarda da Columbeira e Carvalhal.” A 17 de Abril de 2002, no início da 2.ª página do plano para 2002, o mesmo presidente anuncia como grande objectivo: “conclusão dos concursos para recrutamento dos técnicos, tendo início para breve a implementação do GTL que desenvolverá a sua acção na área do planeamento urbanístico, nomeadamente na elaboração dos planos de salvaguarda da Columbeira, Carvalhal e Vale Roto.” Senhor presidente da Câmara isto foi só um exemplo. Se quiser gastar algum do seu precioso tempo a refutar as minhas afirmações, ouvi-lo-ei com atenção como sempre fiz, mas não considerarei indelicado se não comentar nada da minha intervenção. Qualquer justificação que queira dar agora vem tarde. Se quisesse ter mudado o comportamento que sempre teve com a Assembleia Municipal, teve a oportunidade ao elaborar o plano. Era aí que devia ter explicado o

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

porquê de estar tudo na mesma, ou pior. Poupe as suas energias para a execução do que for capaz e poupe-nos de mais um dos seus fastidiosos discursos.”-----

-----O senhor presidente da Mesa da Assembleia chamou a atenção para o facto de ser 01.00 hora da manhã e portanto se ter esgotado o tempo de duração da sessão. Não havendo objecções continuará a sessão por mais uma hora apelando a intervenções curtas para se poder encerrar os trabalhos pelo menos às 02.00 horas da manhã. -----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) registou com agrado a sensibilidade do senhor presidente da Câmara para o estabelecimento de consensos e aumentar as transferências para as Juntas de Freguesia, esperando que as mesmas ultrapassem os montantes a pagar à LA PECOL / Bombarral. Quanto ao Gabinete de Apoio à Presidência não fizeram confusão entre funcionários com dependência funcional do presidente da Câmara e os membros do gabinete de apoio á presidência, só puseram em causa a falta de fundamentação dessa verba. Têm que saber quais os perfis funcionais e competências dos membros do gabinete. O senhor presidente da Câmara defendeu a alienação de património e falou no rigor e legalidade, mas nada disso foi posto em causa. O que se colocou em causa foi a credibilidade da arrecadação dessa receita em 2002. Pode haver explicações para os outros, mas essa explicação devia ser prévia, porque nenhuma assembleia ou deputado municipal pode aprovar um orçamento onde 338 mil contos da despesa estão classificados em outros. -----

-----O senhor presidente da Câmara considerou que ninguém tem razão ao dizer que o Albuquerque Álvaro alguma vez satisfaz lobbies. Alguns dos problemas graves que tem tido é por não acalantar lobbies. Outros comportamentos não teria se não mantivesse aquilo que em termos de perfil em termos de exigências coloca a si próprio. Quando foi adquirido o terreno para o parque de campismo foi no pressuposto de que estamos próximos de zonas de praia. Está em elaboração o projecto de recuperação do mercado municipal. As bolsas de estudo nunca foram implementadas. O protocolo com a Associação de Agricultores do Oeste por causa da Feira Nacional da Pêra Rocha terminou em 31.12.2001, mas esta entidade já manifestou interesse em renová-lo. Não têm política de turismo mas a mesma está a ser elaborada. Para constituir a Comissão Municipal de Segurança ainda falta ser indicado um elemento. A modernização administrativa será levada a efeito. -----

-----O senhor presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal congratulou-se com o que está previsto para a sua freguesia. Gostaria de no mais curto espaço de tempo concluir as obras do cemitério do Senhor Jesus. Enalteceu os 11% de reforço de verbas para as Juntas de Freguesia. -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (P.S.D.) disse que gostava de saber o que é o centro de estudos vinícolas do Bombarral e se tem a ver com o aproveitamento das instalações do I.V.V. e qual o aproveitamento que se pretende dar aquele espaço. Considerou que a localização do nosso concelho pode fazê-lo desenvolver-se em vários sentidos. O turismo tem sido muito falado mas tem sido pouco aproveitado. As questões ligadas ao turismo rural deviam ser vistas com atenção pela Câmara Municipal. Deve ser visto com atenção do ponto de vista ambiental o que vai ser feito no pólo II e o plano de urbanização deve ser tido em consideração. -----

-----O senhor Luis Montês (C.D.S./P.P.) considerou que começa a ser frequente a não resposta a perguntas formuladas. Voltou a questionar quem avaliou os terrenos e o que é o centro biotecnológico. Referiu que o orçamento prevê 2.000 contos para a Feira Nacional da Pêra Rocha, mas o ano passado foram atribuídos 3.000 contos e para 2002 existe um ofício a referir 5.000 contos. -----

-----O senhor presidente da Câmara confirmou que o centro de estudos vinícolas corresponde às antigas instalações do I.V.V.. Reconheceu razão na intervenção do senhor

REUNIÃO DO DIA 2002.04.30

Carlos João Fonseca sobre o turismo ser uma das vertentes de desenvolvimento. Os valores respeitantes às vendas de terrenos são os que constam de anteriores orçamentos. O centro biotecnológico é algo que podendo vir para o Bombarral não queria deixar de ter rubrica no orçamento mas reconhece não saber do que se trata. -----

-----A Técnica Superior de Recursos Humanos prestou seguidamente alguns esclarecimentos relativamente às rubricas de outros. -----

-----**VOTAÇÃO:** Foi deliberado por maioria rejeitar as opções do plano e proposta de orçamento para 2002 com 10 votos a favor (9 do P.S.D. e 1 da senhora presidente da Junta de Freguesia de Pó), 2 abstenções (dos senhores presidentes de Junta de Freguesia de Roliça e Vale Covo) e 14 votos contra (6 do B.P., 4 do P.S., 2 do C.D.S./P.P. e 2 da C.D.U.).-----

-----**CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL:** Foram presentes duas propostas para o representante dos presidentes de Junta de Freguesia no Conselho Cinegético Municipal:-----

-----PROPOSTA A: “No âmbito do 4.º ponto da ordem de trabalhos, o grupo municipal do P.S.D., propõe para representante dos presidentes de Junta de Freguesia no Conselho Cinegético Municipal o presidente da Junta de Freguesia de Bombarral José Manuel Vieira.” ---

-----PROPOSTA B: “O Bombarral Primeiro propõe para representante dos presidentes de Junta de Freguesia no Conselho Cinegético Municipal Joaquim Marcos Henriques, presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo.”-----

-----Efetuada votação por escrutínio secreto verificaram-se 13 votos na proposta A e 13 votos na proposta B. -----

-----Efetuada 2.ª votação por escrutínio secreto verificaram-se 14 votos na proposta B, 10 votos na proposta A e 2 votos em branco, pelo que ficou eleito representante dos presidentes de Junta de Freguesia no Conselho Cinegético Municipal o senhor Joaquim Marcos Henriques, presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo.-----

-----Nada mais havendo a tratar, pelas 02.10 horas foi a sessão encerrada e lavrada a presente acta que vai ser devidamente assinada pelo presidente da Mesa e pelos dois secretários, depois de lida e achada conforme. -----

O Presidente da Mesa:

O Primeiro Secretário:

O 2.º Secretário: